

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO
INSTITUTO DE APOIO À PESQUISA E AO DESENVOLVIMENTO
JONES DOS SANTOS NEVES — IPES

PLANO DE TRABALHO DO IPES PARA O ANO 2000

Vitória, 2000

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
José Ignácio Ferreira

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO
Ricardo Santos

INSTITUTO DE APOIO À PESQUISA E AO DESENVOLVIMENTO JONES
DOS SANTOS NEVES (IPES)
Guilherme Henrique Pereira

DIRETORIA TÉCNICA
Guilherme Henrique Pereira

DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
Jussara Maria Chiappane

APRESENTAÇÃO

Apresentamos neste documento o plano de trabalho do IPES para o presente exercício. Ainda em versão preliminar, mas abrangente para indicar as diversas atividades, a maioria já iniciada, que deverão ser concluídas até dezembro de 2000.

Considerando o IPES em seu conjunto, pode-se dizer que o projeto prioritário é o da constituição do banco de dados, do qual cada equipe será responsável por uma parte, de acordo com sua especialidade. Afora a participação neste trabalho, cada área teria o seu projeto prioritário e os complementares que compõem o conjunto de atividades previstas.

No plano institucional, a mudança para nova sede oferecerá espaço físico adequado e a oportunidade de consolidar a nova estrutura organizacional, rever procedimentos, modernizar métodos e comportamentos de acordo com as responsabilidades atuais.

SUMÁRIO**PÁGINA**

1. CIÊNCIA E TECNOLOGIA	8
1.1 PROJETOS NA ÁREA INSTITUCIONAL	8
1.1.1 Implantação da Coordenação de C&T do IPES.....	8
1.1.1.1 Justificativa.....	8
1.1.1.2 Objetivo	8
1.1.1.3 Unidade de Trabalho e Composição da Equipe	9
1.1.1.4 Cronograma físico de atividades.....	9
1.1.1.5 Recursos necessários.....	9
1.1.1.6 Observação.....	10
1.2 PROJETOS DA ÁREA OPERACIONAL	10
1.2.1 REALIZAÇÃO DE EVENTO: “ENCONTRO DE TECNOLOGIA PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL”	10
1.2.1.1 Justificativa.....	10
1.2.1.2 Objetivo	10
1.2.1.3 Metodologia.....	11
1.2.1.4 Cronograma de atividades	11
1.2.1.5 Recursos Necessários	11
1.2.1.6 Orçamento.....	12
1.2.2 Elaboração de guia de fontes de financiamento para projetos de desenvolvimento e transferência de tecnologia	12
1.2.2.1 Justificativa.....	12
1.2.2.2 Objetivo	12
1.2.2.3 Metodologia.....	13
1.2.2.4 Cronograma de atividades	13
1.2.2.5 Recursos necessários.....	13
1.2.2.6 Orçamento.....	13
1.2.3 Estruturação e montagem e realização do curso de gestão da inovação	14
1.2.3.1 Justificativa.....	14
1.2.3.2 Objetivo	14
1.2.3.3 Metodologia.....	14
1.2.3.4 Descrição do curso de gestão da inovação	15
1.2.3.5 Cronograma de Atividades.....	15
1.2.3.6 Recursos necessários.....	15
1.2.3.7 Orçamento.....	16
1.2.3.8 Observação	16
1.2.4 Estruturação de um banco de dados de C&T	16
1.2.4.1 Justificativa.....	16
1.2.4.2 Objetivo	16
1.2.4.3 Metodologia.....	16
1.2.4.4 Cronograma de atividades	16
1.2.4.5 Recursos necessários.....	17
1.2.4.6 Orçamento.....	17
2. BANCO DE DADOS DO ESPÍRITO SANTO (BD-IPES)	20
2.1 ACERVO DE DADOS	20
2.1.1 Geo-Ambiental.....	20
2.1.2 Infra-Estrutura.....	20
2.1.3 Social	20
2.1.4 Economia.....	21
2.1.5 Ciência e tecnologia	21
2.1.6 Institucional.....	21
2.2 PROCESSO DE INFORMATIZAÇÃO	21
2.3 USUÁRIOS E SAÍDAS.....	22
2.4 ATIVIDADES	22
2.5 PRODUTOS.....	23
2.6 RECURSOS FINANCEIROS.....	23

2.7 EQUIPE TÉCNICA	24
3. ÁREA ECONÔMICA	25
3.1 DESCRIÇÃO DOS PROJETOS.....	25
3.1.1 Cálculo do PIB estadual e do PIB de cada município	25
3.1.2 Estatísticas de comércio exterior	25
3.1.3 Litoral Sul: Levantamento de informações e propostas de intervenção	25
3.1.3.1 Objetivo geral	25
3.1.3.2 Estrutura do trabalho e seu conteúdo básico	26
4. ÁREA DE DESENVOLVIMENTO URBANO	28
4.1 OBJETIVOS DA ÁREA DE ESTUDO.....	28
4.2. ATIVIDADES	28
4.2.1 Assessoramento municipal	28
4.2.1.1 Planos urbanísticos	28
4.2.1.2 Trânsito	28
4.2.1.3 Cartografia básica	29
4.2.2 Análise de projetos de parcelamento do solo urbano	29
4.2.2.1 Objetivo	29
4.2.2.2 Equipe	29
4.2.3 Banco de Dados do IPES.....	29
4.2.3.1 Introdução	29
4.2.3.2 Objetivo	30
4.3 PROJETOS	30
4.3.1 Dimensão urbana no Espírito Santo – Evolução das cidades e vilas do Espíri- to Santo por classe de tamanho urbano	30
4.3.1.1 Objetivo	30
4.3.1.2 Prazo	30
4.3.1.3 Custo	30
4.3.1.4 Equipe básica.....	30
4.3.2 Índice de desenvolvimento urbano (IDU) 1998	30
4.3.2.1 Objetivo	30
4.3.2.2 Prazo	31
4.3.2.3 Custo	31
4.3.2.4 Equipe	31
4.3.3 Bacias hidrográficas do Espírito Santo	31
4.3.3.1 Objetivo	31
4.3.3.2 Custo	31
4.3.3.3 Prazo	31
4.3.3.4 Equipe	31
4.3.4 Atlas de indicadores do Espírito Santo	31
4.3.4.1 Objetivo	31
4.3.4.2 Custo	32
4.3.4.3 Equipe	32
4.3.5 Plano de Desenvolvimento Regional do Litoral Sul	32
4.3.5.1 Objetivo	32
4.3.5.2 Prazo	32
4.3.5.3 Custo	32
4.3.5.4 Equipe técnica.....	32
4.3.6 Habitação	33
4.3.6.1 Objetivos	33
4.3.6.2 Equipe básica.....	33
4.3.6.3 Prazo	33
4.3.6.4 Custo	33
4.3.7 RMGV: Dinâmica Físico-Territorial Urbana – 1990/2000.....	33
4.3.7.1 Objetivo	33
4.3.7.2 Atividades desenvolvidas	33
4.3.7.3 Prazo	34

4.3.7.4	Custo	34
4.3.7.5	Equipe básica	34
4.3.8	Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA)	34
4.3.8.1	Viabilização do IPES como agente gestor do Fnma no Espírito Santo	34
4.3.8.2	Parque Nacional do Caparaó (Municípios de Abrangência do Parque)	34
4.3.9	Plano de Circulação Viária para o bairro de Jardim da Penha	34
4.3.9.1	Objetivo	34
4.3.9.2	Prazo	35
4.3.9.3	Custo	35
4.3.9.4	Equipe técnica	35
4.3.10	Base de Dados Cartográficos	35
4.3.10.1	Objetivo	35
4.3.10.2	Prazo	35
4.3.10.3	Custo	35
4.3.10.4	Equipe	35
4.3.11	Coordenação e Acompanhamento Técnico dos Trabalhos do Plano Diretor de Transportes Urbanos da Grande Vitória	36
4.3.11.1	Justificativa	36
4.3.11.2	Objetivos	36
4.3.11.3	Produtos esperados	36
4.3.11.4	Prazo	36
4.3.11.5	Equipe	36
4.3.12	Monitoração do Transporte e do Tráfego na RMGV, fundamentada no Comitê de Análise de Deseconomias Urbanas	37
4.3.12.1	Justificativa	37
4.3.12.2	Objetivos	37
4.3.12.3	Metodologia	37
4.3.12.4	Produtos	37
4.3.12.5	Prazo	37
4.3.12.6	Custos	38
4.3.12.7	Parcerias	38
4.3.12.8	Equipe	38
4.3.13	Restituição Aerofotogramétrica dos Municípios de Cariacica, Viana e Serra (Carapina)	38
4.4.	EQUIPE ALOCADA NA ÁREA	38
5.	FINANÇAS PÚBLICAS	40
5.1	PROJETOS DE ÂMBITO MUNICIPAL	40
5.1.1	Montagem/Modelagem do Banco de Dados de Finanças Públicas Municipais	40
5.1.1.1	Objetivo	40
5.1.1.2	Prazo	40
5.1.2	Análise das Finanças Públicas dos Municípios Capixabas	40
5.1.2.1	Objetivo	40
5.1.2.2	Prazo	41
5.2	PROJETOS DE ÂMBITO ESTADUAL	41
5.2.1	Montagem do Banco de Dados de Finanças Públicas Estaduais	41
5.2.1.1	Objetivo	41
5.2.1.2	Prazo	41
5.2.2	Elaboração de Documento Analítico sobre as Finanças Estaduais	41
5.2.2.1	Objetivo	41
5.2.2.2	Prazo	41
5.3	PROJETOS DE ÂMBITO FEDERAL	41
5.3.1	Levantamento dos Principais Impostos Federais Gerados no Es	41
5.3.1.1	Objetivo	42
5.3.1.2	Prazo	42
5.3.1.3	Equipe	42
6.	ÁREA DE ESTUDOS SOCIAIS	43

6.1 DEMOGRAFIA	43
6.1.1 Objetivos.....	43
6.1.2 Principais Atividades	43
6.1.3 Resultado esperado	43
6.1.4 Custos	43
6.2 FUNDO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL COM RECURSOS DA DESESTATIZAÇÃO (FRD)	44
6.2.1 Objetivo	44
6.2.2 Principais atividades.....	44
6.2.3 Resultados esperados.....	44
6.2.4 Prazo	44
6.2.5 Custos	44
6.3 PROJETO DE CONSTRUÇÃO DE INDICADORES DE SEGURANÇA PÚBLICA.....	45
6.3.2 Justificativa	45
6.3.3 Objetivos.....	46
6.3.4 Metodologia	46
6.3.5 Cronograma de atividades	49
6.3.6 Orçamento.....	50
6.3.7 Equipe técnica	50
6.4 CONSTRUÇÃO DO ÍNDICE SINTÉTICO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL (IDS)	50
6.4.1 Introdução.....	50
6.4.2 Objetivos.....	51
6.4.3 Etapas	51
6.4.4 Prazo	52
6.4.5 Cronograma de atividades para 2000	52
6.4.6 Equipe	53
7. PRODUTOS E RELAÇÕES COM O MERCADO	54
7.1 PRODUTOS GERADOS PELA GERÊNCIA DE PRODUTOS E RELAÇÕES COM O MERCADO	54
7.1.1 Informações Municipais do Estado do Espírito Santo- Imees.....	54
7.1.1.1 Edição de documento impresso.....	54
7.1.1.2 CDROM.....	54
7.1.1.3 Prazo previsto	54
7.1.1.4 Custo estimado:	54
7.1.1 Anuário Estatístico do Estado do Espírito Santo	54
7.1.1.1 Edição de documento impresso.....	54
7.1.1.2 Custo estimado	55
7.1.1.3 Prazo previsto	55
7.2 PRODUTOS GERADOS PELAS OUTRAS GERÊNCIAS	55
7.3 INTERNET E INTRANET	55
7.4 COMUNICAÇÃO E MARKETING.....	55
7.4.1 Informativo Interno- IPES	55
7.4.2 Revista Científica- IPES	55
7.4.3 Organização de evento	56
7.5 BIBLIOTECA E MAPOTECA.....	56
8. TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	57
8.1 OBJETIVOS DA ÁREA.....	57
8.2 ATIVIDADES	57
8.2.1 Proposta para Informatização do IPES	57
8.2.1.1 Objetivo	57
8.2.1.2 Ações	57
8.2.2 Internet	57
8.2.3 Intranet	57
8.2.4 Banco de Dados	57

1. CIÊNCIA E TECNOLOGIA

É prioridade do atual secretário da SEPLAN a estruturação do IPES para atuar também como um órgão de fomento em C&T, com o objetivo de promover ações necessárias à identificação de programas a serem apoiados pelo Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia (FUNCITEC), bem como viabilizar a capitalização do fundo e ser o seu gestor.

O Plano de Trabalho/2000 para a área de C&T do IPES, que está sendo proposto neste documento, está dividido em duas categorias de ações: a de caráter institucional e a de caráter operacional.

O desenvolvimento das atividades e projetos oriundos das ações de caráter institucional e operacional depende da criação de um ambiente de C&T, em que estarão envolvidas pessoas de diversas áreas do conhecimento, tanto os técnicos do IPES como terceiros ou instituições parceiras a serem contratados.

1.1 PROJETOS NA ÁREA INSTITUCIONAL

1.1.1 Implantação da Coordenação de C&T do IPES

1.1.1.1 Justificativa

A criação de um espaço com ambiente favorável à promoção de ações de C&T com vistas ao desenvolvimento econômico e social do Estado deve ser entendida como prioridade de um governo que queira enfrentar a nova ordem econômica, que lhe exige investimento em Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico.

A identificação de parceiros e a definição de programas que promovam o desenvolvimento tecnológico local devem ser iniciadas sem mais tardar, para que o Espírito Santo possa aproximar-se do patamar de outros estados brasileiros que já vêm investindo em C&T por várias décadas. Para isso se faz urgente a estruturação de uma equipe de trabalho com competência para assumir os desafios que se apresentam e viabilize a operacionalização do FUNCITEC.

1.1.1.2 Objetivo

Criação de um espaço com estrutura física e recursos humanos necessários ao desenvolvimento das atividades de C&T, conforme o estabelecido no Art. 2º da Lei Complementar nº 75.

1.1.1.3 Unidade de Trabalho e Composição da Equipe

Espaço físico com aproximadamente 50 m² para a lotação de pessoas incumbidas de prestar apoio técnico e administrativo à Coordenação de C&T do IPES e da Secretaria Executiva do FUNCITEC, tais como:

gerenciamento das atividades da Coordenação de C&T, captação de recursos e desenvolvimento de parcerias com outras instituições;

análise da normatização vigente de C&T com vistas a flexibilizar/agilizar os procedimentos e linhas operacionais do FUNCITEC; elaboração de minutas necessárias à alteração de projetos de lei, decretos ou de resoluções do CON-CITEC;

assessoramento jurídico ao IPES/Coordenação de C&T para elaboração e acompanhamento dos editais e convênios de apoio financeiro, através do FUNCITEC;

análise administrativa e enquadramento técnico das solicitações de apoio ao FUNCITEC;

consultoria 'ad hoc' a ser solicitada/contratada quando necessária para julgamento do mérito técnico-científico de relevância sócio-econômica dos projetos e qualificação dos solicitantes de apoio financeiro ao FUNCITEC;

Acompanhamento e elaboração das prestações de contas dos convênios apoiados pelo FUNCITEC e aqueles que forem realizados com o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT).

1.1.1.4 Cronograma físico de atividades

Descrição das Atividades	Ano 2000			
	jan/mar	abr/jun	jul/ago	out/dez
Estruturação e montagem da Coordenação de C&T – IPES	xxxxxx			
Apoio Técnico e Administrativo ao atendimento dos serviços e demandas das atividades de C&T	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx			

1.1.1.5 Recursos necessários

Para o cumprimento das atividades da Coordenação de C&T do IPES se faz necessário:

Estrutura física e equipamentos – sala(s) com até 50m², equipada(s) com 4 mesas e 4 cadeiras, 1 computador e impressora com mesa própria, 1 linha telefônica e 2 ramais, mesa de reunião com 4 cadeiras;

Equipe de trabalho interna – 1 técnico de nível superior para o exercício das funções da Coordenação de C&T do IPES e da Secretaria Executiva do FUNCITEC, 1 advogado, 2 técnicos de nível superior da área de humanas ou exatas e 1 auxiliar para apoio administrativo;

Consultoria externa quando necessária para o desenvolvimento de projetos e serviços a serem realizados no âmbito da Coordenação de C&T, e consultores 'ad hoc', quando for o caso.

1.1.1.6 Observação

O orçamento para estruturação e equipamento da Coordenação de C&T, pagamento da equipe técnica interna e custeio deverá ser estimado na atividade de administração geral do IPES.

Os recursos financeiros necessários à contratação de prestadores de serviços deverão fazer parte do percentual de 5% do orçamento do FUNCITEC, a serem destinados ao IPES para a gestão do fundo. Alguns desses valores estão alocados nos projetos operacionais previstos para realização, em 2000, pela Coordenação de C&T.

1.2 PROJETOS DA ÁREA OPERACIONAL

1.2.1 REALIZAÇÃO DE EVENTO: “ENCONTRO DE TECNOLOGIA PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL”

1.2.1.1 Justificativa

A elaboração de um plano de C&T para o Estado vem sendo cobrada pelo CONCITEC, e o IPES, através de seu diretor presidente, sugeriu ao conselho, na reunião de dezembro/99, levantamento dos aspectos da nossa realidade relativos às demandas setoriais por tecnologias que promovam a competitividade do processo produtivo de nossas empresas. A definição de áreas de interesse, segundo as nossas vocações, e a identificação dos gargalos tecnológicos existentes nos setores produtivos capixabas que demandam o desenvolvimento de pesquisas aplicadas devem constituir o primeiro passo para a obtenção das diretrizes de um Plano Estadual de C&T. A idéia que foi apresentada ao CONCITEC foi a de realizar um seminário/workshop, visando orientações básicas voltadas ao desenvolvimento de uma política de C&T estadual que venha solucionar os gargalos tecnológicos de nossas empresas. Essa idéia também já foi apresentada a representantes do MCT, que apoiaram a iniciativa da realização do evento e se colocaram como parceiros do Estado para investir nos programas/projetos de C&T que surgirem do confronto das potenciais ou já existentes ofertas de pesquisas aplicadas com as demandas latentes ou expostas pelos principais setores produtivos capixabas.

1.2.1.2 Objetivo

Reunir pesquisadores locais, representantes dos setores produtivos capixabas e dos governos federal e estadual com o objetivo de identificar programas e projetos de desenvolvimento de pesquisa tecnológica para obtenção de apoio de órgãos de financiamento de C&T.

1.2.1.3 Metodologia

O IPES fará a coordenação geral do evento, tendo a TECVITÓRIA como entidade parceira para apoiá-lo no desenvolvimento das atividades técnicas que se fazem necessárias para a concretização do evento, que deverão ocorrer antes, durante e após a sua realização, quais sejam:

Atualização do cadastro de pesquisadores do Estado, trabalho desenvolvido pelo Núcleo de Estudo e Pesquisas em Economia e Tecnologia, do Departamento de Economia da UFES, coordenado pelo Prof. Guilherme Pereira;

Levantamento das potenciais demandas por pesquisas aplicadas e dos gargalos tecnológicos dos setores produtivos capixabas, segundo as áreas de interesse previamente definidas. Cruzamento das demandas por pesquisas aplicadas e oferta inventariada e definição dos grupos por área de interesse que farão parte do workshop;

Acompanhamento dos trabalhos dos grupos por área de interesse durante o workshop e elaboração do Programa de Ação de P&D para o aprimoramento tecnológico do parque produtivo capixaba;

Apoio logístico para a realização do evento deverá ser contratado com empresa promotora especializada, a qual se encarregará de coordenar todas as atividades e os serviços necessários, desde o aluguel de salas, material promocional, assessoria de imprensa, traslados, coffe-break, etc.

1.2.1.4 Cronograma de atividades

Descrição das atividades	Ano 2000			
	Fevereiro	Março	Abril	Maiο
-Coordenação Geral/IPES	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx			
-Atualização Inventário de Pesquisas	xxxxxxxxxxxxxxxx			
-Levantamento Gargalos Tecnológicos	xxxxxxxxxxxxxxxx			
-Definição grupos de interesse e montagem do Workshop			xx	
-Realização do Seminário/Workshop			xx	
-Sistematização dos resultados do Seminário/Workshop				xx
-Elaboração do Documento Final				xx
-Apresentação Documento Final ao Comitê				x

1.2.1.5 Recursos Necessários

O desenvolvimento das atividades para a realização do Encontro de Tecnologia para o Desenvolvimento Local necessita de recursos humanos, físicos e materiais, conforme o detalhamento abaixo:

1 técnico do IPES responsável pela coordenação geral do evento;

1 técnico do IPES para coordenar o apoio logístico;
1 coordenador técnico da TECVITÓRIA;
1 técnico prestador de serviços para a atualização do Inventário de Pesquisa;
2 técnicos prestadores de serviços para o levantamento dos gargalos tecnológicos, acompanhamento dos trabalhos do workshop e elaboração do Programa de Ação de P&D;
4 estagiários de nível superior;
aluguel de um veículo com motorista por um mês para a realização de pesquisas;
material de consumo;
aluguel de Salão para 150 pessoas para o Seminário/Abertura do Evento e 4 salas de apoio para acomodar os grupos de trabalho do workshop em dois dias, com o serviço de dois coffe-break diários;
material promocional do evento;
recepção, traslados e outros serviços necessários durante a realização do evento.

1.2.1.6 Orçamento

Está estimado um valor de R\$ 30 mil para a realização do evento, e as fontes de recursos para custear as despesas previstas deverão ser identificadas junto ao FUNCITEC, MCT, BANDES/GERES, BANESTES e ADERES.

1.2.2 Elaboração de guia de fontes de financiamento para projetos de desenvolvimento e transferência de tecnologia

1.2.2.1 Justificativa

As pesquisas de C&T desenvolvidas no Estado do Espírito Santo têm como principal fonte de financiamento o CNPq/MCT. Em seguida encontra-se o Fundo de Apoio à C&T do Município de Vitória (FACITEC), que oferece o maior volume de recursos aportados, mais precisamente, para pesquisadores residentes neste município. Dentre as razões para a concentração de recursos oriundos do CNPq estão o tipo de pesquisa desenvolvida na região, ou seja, a pesquisa básica em sua grande maioria, assim como os próprios programas existentes nessa instituição destinados à área acadêmica. Considerando a existência de outras fontes de recursos financeiros no País que podem ser captados para o desenvolvimento de pesquisas, dado o desconhecimento por parte dos interessados sobre a forma de operacionalização dessas outras fontes e a necessidade de direcionar adequadamente os escassos recursos locais destinados a C&T, torna-se necessária a elaboração de um guia de referência abrangente sobre fontes de financiamento.

1.2.2.2 Objetivo

Apresentar aos interessados no desenvolvimento de pesquisa, independentemente do seu tipo, dados sobre as fontes de financiamentos existentes no País, disponibilizando-as na Internet, em site do IPES.

1.2.2.3 Metodologia

Pretende-se levantar todas as fontes que tenham recursos financeiros destinados a C&T, tanto os de instituições públicas, como os provenientes de empresas privadas, no âmbito do Estado, da Região Sudeste, da SUDENE e da Federação. Supostamente as outras regiões do País não ofertam recursos financeiros com facilidades destinados a estados fora de sua abrangência. Por outro lado, a inclusão da SUDENE deve-se à integração da Região Norte do Espírito Santo em sua área de atuação. Para cada fonte identificada deverá ser informado o tipo de recurso disponível e suas características, as exigências da instituição para concedê-lo ao proponente, o volume de recursos já implementados e a maneira adequada para o encaminhamento do pedido. Pretende-se ainda que esse inventário seja não só um guia de informações para pesquisadores e institutos de pesquisa do Estado, mas também uma fonte de referência atualizada para as instituições que trabalham com C&T e que possam melhor direcionar seus recursos financeiros.

1.2.2.4 Cronograma de atividades

O início das atividades gerais para a elaboração do guia está previsto para junho e a conclusão, para o final de agosto, sendo necessário o desenvolvimento das etapas a seguir:

Preparação da pesquisa, identificando as fontes financeiras existentes no âmbito do Estado, da Região Sudeste, da SUDENE e da Federação, agendando os contatos;

Pesquisa de Campo — identificação dos recursos financeiros existentes nas fontes levantadas e suas características;

Depuração e consolidação dos dados levantados na pesquisa de campo;

Montagem do Inventário com a elaboração de um banco de dados para consulta de interessados, que deverá estar disponível na home page do IPES.

1.2.2.5 Recursos necessários

Equipe técnica e instalações do IPES.

1.2.2.6 Orçamento

Os recursos para cobrir as despesas deste projeto estão estimados em aproximadamente R\$ 11 mil.

1.2.3 Estruturação e montagem e realização do curso de gestão da inovação

1.2.3.1 Justificativa

O Estado do Espírito Santo, através de seus órgãos de governo, das instituições de ensino e pesquisa, e de entidades e empresas locais, muito pouco tem avançado no que diz respeito à gestão da inovação, que se traduz em projetos de desenvolvimento de pesquisa básica e aplicada que venham a promover a competitividade do setor produtivo capixaba. Faz-se necessária a formação de uma cultura tecnológica e empreendedora, que pode ser estimulada através da promoção e apoio à realização de eventos, seminários e cursos que possibilitem a capacitação de agentes públicos e privados para a gestão tecnológica de seus órgãos e assim alavancar e fortalecer o sistema local de inovação.

1.2.3.2 Objetivo

Formar especialistas na gestão de políticas de C&T e de processos de inovação e difusão tecnológica.

1.2.3.3 Metodologia

O Curso de Gestão da Inovação será estruturado seguindo a abordagem proposta por autores internacionalmente reconhecidos (Tid, Bressant & Pavitt), que realizaram estudos na área e concluíram que a gestão da inovação bem sucedida envolve quatro grandes blocos de atividades:

Adoção de uma abordagem estratégica da inovação e do problema de sua gestão;

Desenvolvimento e uso efetivo dos mecanismos de sua implementação;

Desenvolvimento e expansão de um contexto organizacional favorável à inovação;

Construção e manutenção de *links* externos efetivos.

O curso terá uma carga horária total de 42 horas, distribuídas em aulas de 4 horas de duração nos 2 primeiros terços e de 3 horas de duração nos 6 últimos encontros, perfazendo um total de 12 encontros.

1.2.3.4 Descrição do curso de gestão da inovação

Módulos	Conteúdo programático
Módulo I: Abordagem estratégica da inovação	desenvolvimento de uma base conceitual para a gestão estratégica da inovação; ambiente da empresa; exploração de trajetórias tecnológicas; aprendizado estratégico.
Módulo II: Estabelecimento de laços externos efetivos	links com o mercado; alianças.
Módulo III: Construção de mecanismos efetivos de implementação da inovação	gestão de processos internos; gestão de inovações radicais em produtos e tecnologias.
Módulo IV: Criação de uma organização inovadora	liderança e visão compartilhada; trabalho em equipe; ambiente criativo; foco no mercado; comunicação extensiva; organizações com aprendizado contínuo.

1.2.3.5 Cronograma de Atividades

A montagem e estruturação dos módulos deverá ter início em junho e será concluída em setembro.

A realização do curso será possível a partir de outubro, com previsão de término em meados de novembro, caso seja viável realizar dois encontros semanais de quatro horas no primeiro mês e dois encontros de três horas nas duas semanas do segundo mês.

1.2.3.6 Recursos necessários

Para a sua implementação será necessária a contratação de professores locais e de outros estados para ministrar as aulas dos quatro módulos, aquisição de passagens e diárias para os professores de fora, aluguel do espaço físico destinado à realização e material didático a ser oferecido aos participantes do curso.

1.2.3.7 Orçamento

Os recursos financeiros necessários a montagem e estruturação do curso estão estimados na ordem de R\$ 3 mil, e os recursos financeiros necessários a sua realização estão estimados em R\$ 9 mil.

1.2.3.8 Observação

O IPES poderá optar pela realização do curso com o pagamento de inscrições de alguns participantes, com o objetivo de reduzir o custo do Projeto.

1.2.4 Estruturação de um banco de dados de C&T

1.2.4.1 Justificativa

O IPES vem estruturando um banco de dados com informações sócio-econômicas do Estado, as quais serão disponibilizadas via Internet para consulta de interessados. Agregar informações de C&T a esse banco de dados não é tarefa difícil e representa um ganho para o IPES no desempenho de suas funções de órgão gestor das atividades de C&T do Estado.

1.2.4.2 Objetivo

Dotar o IPES de informações básicas de C&T para que ele se torne referência estadual na busca de dados sobre instituições de pesquisas e pesquisadores locais, estatísticas e investimentos em C&T, fontes financiadoras de projetos tecnológicos, fontes difusoras de tecnologia, bem como para prover de informações sobre os mecanismos operacionais do FUNCITEC os pesquisadores e demais entidades interessadas em solicitar apoio financeiro ao referido fundo.

1.2.4.3 Metodologia

Consulta às bases de dados existentes de C&T relativas a cadastro de pesquisadores, de entidades e fontes financiadoras de projetos de pesquisa de estatísticas de investimento em P&D para identificar as possibilidades de aproveitamento e constituição da base local, disponibilizando essas informações na home page do IPES.

1.2.4.4 Cronograma de atividades

As atividades de pesquisa e montagem do Portal de C&T no banco de dados do IPES serão iniciadas concomitantemente com a atualização do inventário de pesquisas do Estado e com a elaboração do Guia de Fontes de Financiamento

para Projetos de Desenvolvimento e Transferência de Tecnologia. Portanto, terão início em março, com término previsto para agosto.

1.2.4.5 Recursos necessários

Para a estruturação do Portal com as informações de C&T faz-se necessária a contratação de um consultor especializado em gestão da tecnologia para pesquisar os bancos de dados existentes com informações de C&T e orientar dois alunos dos cursos de informática participantes do Programa GENEVIX selecionados para o desenvolvimento das atividades técnicas de construção das páginas Web.

Também se faz necessária a participação no projeto dos técnicos encarregados da montagem do banco de dados do Instituto.

1.2.4.6 Orçamento

Os recursos financeiros necessários à realização deste projeto estão estimados na ordem de R\$ 6 mil.

2. BANCO DE DADOS DO ESPÍRITO SANTO (BD-IPES)

O IPES está sistematizando e informatizando um conjunto de dados referentes aos vários temas relacionados ao desenvolvimento do Espírito Santo, com os quais as equipes técnicas equacionam seus estudos, pesquisas e projetos.

A informatização desses dados modelados em estruturas inter-relacionadas por padrões de classificação e codificação tem por objetivo construir um banco de dados que ofereça ao usuário a possibilidade de recuperação rápida das informações e ao mesmo tempo o cruzamento das diversas variáveis que o compõem.

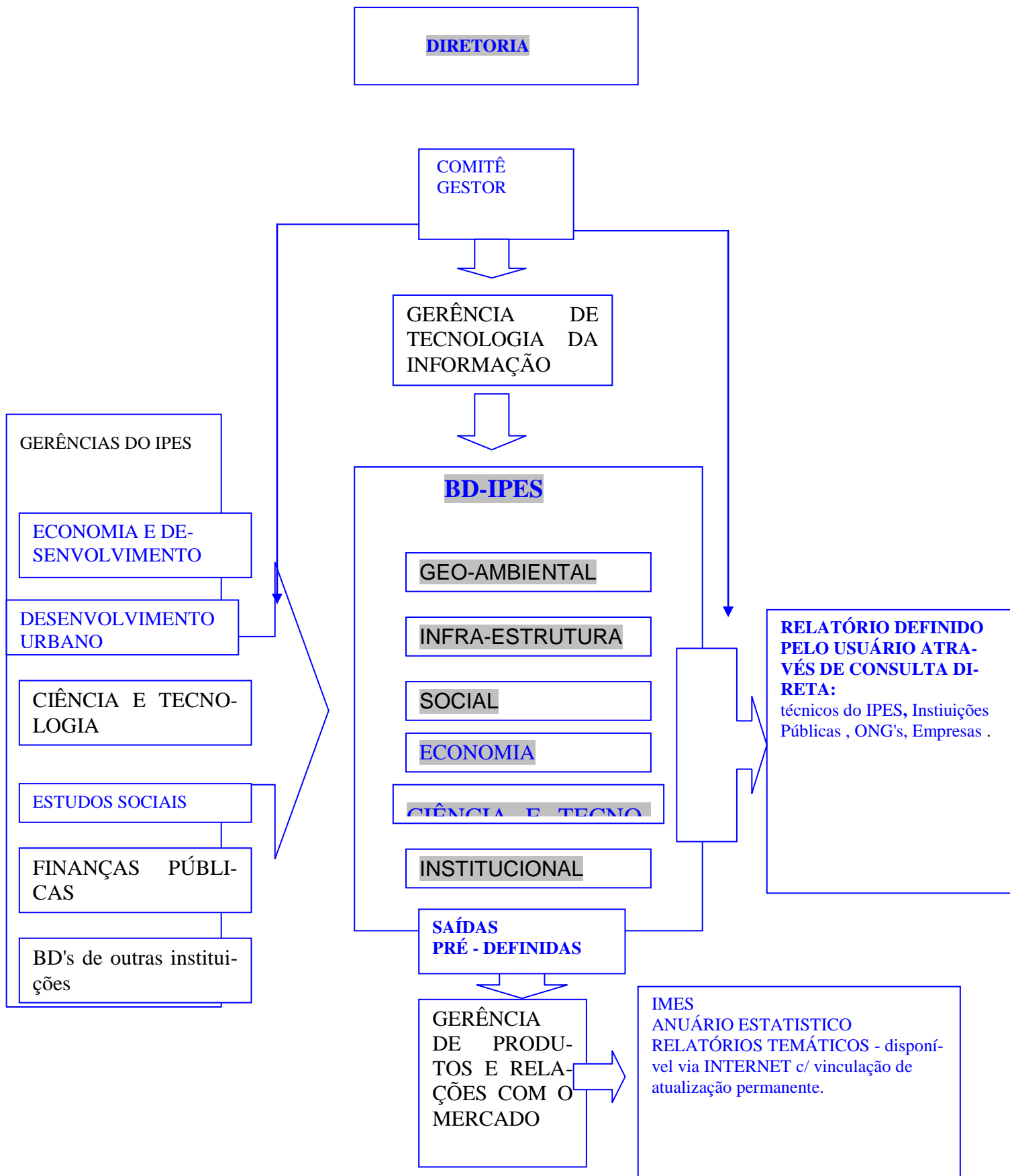
O IPES tradicionalmente publica os relatórios de resultados de suas várias pesquisas e projetos, incluindo publicações de caráter estritamente estatístico, como o documento *Informações Municipais do Espírito Santo (IMEES)* e o *Anuário Estatístico*.

Além das informações publicadas, existe nos arquivos do IPES uma grande quantidade de informações coletadas pelos técnicos das várias equipes para a produção de seus relatórios de pesquisa, construção de indicadores, etc., que não são publicadas e sobre as quais há uma demanda externa difícil de ser atendida, dada a dispersão desses dados entre as várias equipes.

O Banco de Dados informatizado objetiva, por um lado, dar forma e possibilidade de consulta rápida para esse acervo de dados já reunido no IPES e, por outro, definir um novo conjunto de informações a ser agregado a esse acervo, na tentativa de cobrir com o máximo de dados disponíveis os conjuntos temáticos sobre o desenvolvimento social, ambiental e econômico do Espírito Santo.

Os usuários-alvo são os técnicos da própria Instituição que se utilizam desses dados para o desenvolvimento dos vários projetos e o público externo, composto por outras instituições públicas, ONGs, empresas privadas e pesquisadores individuais.

Em termos organizacionais O BD-IPES está estruturado de forma a ser alimentado pelas várias gerências que compõem o IPES e ao mesmo tempo atendê-las nas suas demandas de recuperação de informações estatísticas, conforme pode ser visualizado no esquema a seguir.



2.1 ACERVO DE DADOS

O BD-IPES é constituído de um conjunto de informações coletadas nas fontes produtoras de dados primários e que passam por um processo de análise, crítica e seleção por parte das áreas de especialização do IPES.

A base geográfica é sempre o município, que pode ser agregado por região e para o total do Estado. Além das informações municipais, reúne também um conjunto selecionado de informações para o Estado como um todo e sua posição em relação ao País.

A periodicidade da maioria das informações é anual, a partir de 1994, embora para algumas variáveis são construídas séries históricas mais longas e algumas outras apresentadas com periodicidade mensal.

A seleção das informações que o compõem visa construir um acervo que subsidie, principalmente, a caracterização e o acompanhamento do desenvolvimento do Espírito Santo e a proposição de políticas públicas.

Por outro lado, essa seleção obedece a critérios metodológicos de construção de indicadores e/ou de parâmetros de interpretação dentro dos critérios das ciências sociais e da ciência urbanística.

Esse acervo está diretamente relacionado aos temas com os quais as várias equipes das áreas temáticas do IPES trabalham e está agrupado em cinco conjuntos básicos de informações:

2.1.1 Geo-Ambiental

Composto por informações referentes a posição geográfica, clima, área, recursos hídricos, cobertura vegetal, tratamento do lixo, etc.

2.1.2 Infra-Estrutura

Composto por informações referentes a vias de transporte, armazenagem, comunicações, energia, saneamento básico, habitação, tipologia da ocupação urbana, etc.

2.1.3 Social

Agrega informações relativas a qualidade de vida da população, tais como demografia, renda, emprego, saúde, educação, segurança, qualidade urbana, acesso aos serviços de saneamento, etc.

2.1.4 Economia

Reúne um conjunto de informações que permite caracterizar a produção econômica do Espírito Santo e seus municípios, sua dimensão relativa, grau de especialização e identificar potencialidades e possibilidades de investimento.

São informações acerca da produção da agropecuária, da indústria, do comércio exterior, dentre outras.

2.1.5 Ciência e tecnologia

Agrega informações relativas às pesquisas tecnológicas em desenvolvimento no Espírito Santo, cadastro de pesquisadores, recursos alocados e fontes de financiamento.

2.1.6 Institucional

Agrega informações relativas ao funcionamento do aparelho de Estado e suas várias políticas, tais como finanças públicas, mecanismos de incentivos à produção, fontes de recursos, histórico da emancipação de cada município, e informações relativas ao exercício da cidadania, como, por exemplo, número de eleitores.

2.2 PROCESSO DE INFORMATIZAÇÃO

Os dados são armazenados em SQL SERVER, e a entrada se dá através de tabelas do Access inter-relacionadas por classificações e codificações que compõem vários subconjuntos.

As tabelas modeladas se abrem em tela via rede interna para a entrada de dados efetuada pelos técnicos cadastrados.

A recuperação se dá por Access ou Excel, através de importação ou vinculação dos dados.

Todo o processo de inter-relação das variáveis, modelagem das tabelas e recuperação de dados está sendo redefinido.

O desenvolvimento do novo processo se dará concomitantemente à alimentação de novos dados no processo hoje existente.

2.3 USUÁRIOS E SAÍDAS

O BD-IPES é um banco de dados modelado de forma relacional, com o objetivo de permitir a elaboração de relatórios de saída com múltiplos cruzamentos entre as informações armazenadas.

Essa possibilidade está dada por um conjunto de classificações e codificações compatibilizadas entre as diversas variáveis.

Dessa forma, o usuário, de posse dos diagramas relacionais e do dicionário de variáveis, define o modelo de sua consulta, utilizando o Access ou o Excel.

Esse é um tipo de consulta mais sofisticado, que requer habilidades operacionais de informática e pode ser realizado através da rede de microcomputadores do IPES.

Para esse padrão de consulta está sendo reestruturada a apresentação do BD ao usuário de forma a permitir a leitura do conjunto de informações existentes, a leitura das classificações e codificações utilizadas para facilitar a escolha das tabelas a serem utilizadas e a definição do relatório de consulta.

Outros padrões de consulta estão sendo criados visando possibilitar o acesso rápido e de forma operacional mais simplificada. Essas consultas se darão sobre um conjunto pré-definido de possibilidades de inter-relações entre as diversas variáveis, podendo o usuário optar diretamente na tela pela variável desejada e um conjunto apresentado de caracterizações, abrangência geográfica e período. Essas consultas poderão ser realizadas na rede de micros do IPES ou via Internet, através de ferramentas tipo Visual Basic, Front Page ou outras ainda em estudo pela equipe de desenvolvimento do BD-IPES.

Os usuários do BD-IPES são os técnicos da instituição e o público externo.

Para o usuário externo vários graus de acesso às informações estão sendo construídos:

- . Acesso livre a um conjunto de informações disponibilizadas via Internet;
- . Acesso identificado para instituições públicas também disponível através da Internet;
- . Acesso por solicitação do relatório desejado ao IPES, através da Internet;
- . Acesso especial através de convênio com o IPES.

2.4 ATIVIDADES

Informatização dos dados existentes nas equipes temáticas e de projetos do IPES;

Delineamento do conjunto de informações de cada grupo e subgrupo.

Definição do fluxo de alimentação;

Redefinição do Processo;

Desenvolvimento de instrumentos e procedimentos de saída;

Crítica sobre as possibilidades de consulta e redefinição da estrutura relacional das variáveis;
 Inclusão de novos dados sobre economia, meio ambiente, ciência e tecnologia, comércio exterior, emprego;
 Disponibilização do BD-IPES para o público externo.

2.5 PRODUTOS

Acervo disponível para consulta por solicitação ao IPES:

Educação	}	janeiro de 2000
Saúde		
Demografia		
Saneamento		
Consumo de Energia elétrica		
Finanças Municipais	}	fevereiro de 2000
Emprego	}	abril de 2000
Habitação		
Infra-estrutura urbana		
Ciência e Tecnologia	}	agosto de 2000
Comércio Exterior		

Relatórios previamente construídos disponíveis ao público externo para consulta via Internet - julho de 2000

Estrutura relacional entre os seis grupos e respectivos subgrupos construída - setembro de 2000

BD-IPES disponível ao público externo para consulta direta - dezembro de 2000

2.6 RECURSOS FINANCEIROS

TOTAL R\$ 50 mil

100 h de consultoria especializada R\$ 10 mil

Passagens e diárias.....R\$ 3 mil

Viagem de dois técnicos a Salvador por dois dias

Viagem de dois técnicos a Curitiba por dois dias

Outras

Material de Consumo R\$ 2 mil

EQUIPAMENTOS E SOFTWARE

Realizado – R\$ 20 mil

A realizar de jan a dez/2000 - R\$ 30 mil

2.7 EQUIPE TÉCNICA

3 técnicos de nível superior em desenvolvimento de sistemas;

1 economista;

1 estagiário de nível superior;

consultoria na área de definição de processo e desenvolvimento de sistema;

Instrutor para treinamento dos técnicos do IPES sobre os procedimentos de consulta;

2 técnicos alimentadores – vários, distribuídos entre as várias gerências do IPES.

3. ÁREA ECONÔMICA

O IPES estará constituindo uma área técnica composta basicamente de economistas e outros profissionais especialistas, procurando, com isso, atender a demanda permanente de trabalhos voltados para o entendimento da realidade do Estado e de seus municípios em âmbito regional.

A área de Desenvolvimento Econômico do IPES terá como função preponderante elaborar estudos, proceder a análises e coletar dados sobre a economia do ES. Para isso constituirá equipes técnicas com atribuições específicas, de forma a abranger os principais setores econômicos, através das seguintes atividades:

Cálculo do PIB estadual de 1998 e 1999 e do PIB dos municípios (1985 a 1999);

Estatísticas de Comércio Exterior do ES;

Litoral Sul: Levantamento de Informações e Propostas de Intervenção.

3.1 DESCRIÇÃO DOS PROJETOS

3.1.1 Cálculo do PIB estadual e do PIB de cada município.

Será dada continuidade ao trabalho realizado em conjunto com o IBGE, com utilização de metodologia única adotada por todos os estados participantes e será ampliada a ação de municipalização das informações, através de metodologia ainda em elaboração.

3.1.2 Estatísticas de comércio exterior

Os dados de importação e exportação serão obtidos mensalmente via Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo (MICT). Destes dados primários serão identificados os principais produtos, grupos de produtos, principais portos de origem e destino. Tais informações serão divulgadas em boletins, a serem editados mensalmente para uso do Governo, comunidade técnica e da sociedade como um todo. Serão disponibilizadas também informações através do Banco de Dados do IPES via Internet.

3.1.3 Litoral Sul: Levantamento de informações e propostas de intervenção

3.1.3.1 Objetivo geral

Organizar as mais importantes informações (qualitativas) e dados (quantitativos) existentes sobre a Região Litoral Sul, visando à elaboração de um documento de trabalho sintético, que possa dar subsídios concretos a uma futura pesquisa de campo no espaço a ser estudado.

3.1.3.2 Estrutura do trabalho e seu conteúdo básico

Introdução

Conformação geral da Região (composta pelos municípios de Anchieta, Guarapari, Itapemirim, Marataízes, Piúma e Presidente Kennedy):

Área e sua comparação com a do ES;

População regional – e por municípios;

Densidade demográfica (regional, por municípios e sua comparação com o valor estadual);

Aspectos geofísicos mais importantes.

Atividades econômicas de maior peso; *idem*, infra-estrutura (neste item, somente a listagem);

Aspectos sociais mais importantes (???)

Caracterização geral da Região

Agropecuária (incluindo agroindústrias e outros);

Panorama industrial;

Comércio/serviços;

Infra-estrutura (econômica e outras);

Dados e informações de destaque sobre o social (educação, saúde, saneamento básico, segurança pública, etc.);

Estruturas do Estado presentes na Região;

Principais organizações sociais existentes na Região (sociedade civil organizada, OGs, ONGs, etc.);

Desenvolvimento local sustentável – breve avaliação.

Principais propostas de intervenção (no plano macro) do setor público na Região.

“Lacunas de entendimento” sobre a Região (o que falta ser pesquisado – iteni-zação).

4. ÁREA DE DESENVOLVIMENTO URBANO

4.1 OBJETIVOS DA ÁREA DE ESTUDO

Selecionar, organizar e atualizar uma base geo-referenciada de informações físico-territoriais, ambientais e de serviços públicos de energia, saneamento, telecomunicação e transporte.

Atualizar o Índice de Desenvolvimento Urbano, o qual possibilita estimar o grau de disponibilidade e capacidade relativa de atendimento dos principais equipamentos e serviços urbanos.

Fornecer indicadores, diagnósticos e análises para conhecimento da situação habitacional dos municípios do Estado.

Prestar assistência técnica aos municípios para correção do quadro de carências e desigualdades regionais.

Estabelecer diálogo com a União para conhecimento de grandes linhas de ação no que se refere a formulação de implementação de políticas urbanas e regionais, a serem observadas inclusive no processo de negociação de empréstimos e financiamentos destinados ao desenvolvimento urbano.

Oferecer subsídios para convergência e complementaridade de ações para consolidação da Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV).

4.2. ATIVIDADES

4. 2.1 Assessoramento municipal

4.2.1.1 Planos urbanísticos

4.2.1.1.1 Objetivo

Consiste na orientação às prefeituras municipais para elaboração de Planos Diretores, assim como legislação de parcelamento do solo, uso do solo, normas construtivas, delimitação de perímetro urbano, posturas municipais, entre outras.

4.2.1.1.2 Equipe, Custo e Prazo

Dependem da demanda das prefeituras e dos trabalhos a serem elaborados para o ano 2000.

4.2.1.2 Trânsito

4.2.1.2.1 Objetivo

Assessoramento técnico aos convênios de municipalização do trânsito visando a integração dos meios materiais e humanos na administração do trânsito no território dos municípios.

4.2.1.2.2 Equipe, Custo e Prazo

Dependem da demanda das Prefeituras e dos trabalhos a serem elaborados para o ano 2000.

4.2.1.3 Cartografia básica

4.2.1.3.1 Objetivo

Oferecer aos municípios que já possuam uma cartografia elementar da área urbana e/ou fotos aéreas uma atualização da base cartográfica em meio magnético (base digital).

4.2.1.3.2 Equipe, Custo e Prazo

Dependem da demanda das prefeituras e dos trabalhos a serem desenvolvidos para o ano 2000.

4.2.2 Análise de projetos de parcelamento do solo urbano

4.2.2.1 Objetivo

Fixar diretrizes urbanísticas e analisar projetos de parcelamento do solo em observância à legislação federal e à estadual.

4.2.2.2 Equipe

1 engenheiro civil

1 advogada

4.2.3 Banco de Dados do Ipes

4.2.3.1 Introdução

A área de Desenvolvimento Urbano irá organizar e atualizar informações físico-territoriais, ambientais e de serviços públicos de energia elétrica, saneamento e telecomunicações, que serão formatadas e disponibilizadas para os usuários,

com perspectiva de produção dessas informações geo-referenciadas para o ano 2001.

4.2.3.2 Objetivo

Subsidiar o usuário interno e externo com fonte de dados para pesquisa e/ou estudos relativos ao Estado do Espírito Santo.

4.3 PROJETOS

4.3.1 Dimensão urbana no Espírito Santo – evolução das cidades e vilas do Espírito Santo por classe de tamanho urbano

4.3.1.1 Objetivo

Traçar um panorama do desenvolvimento urbano do Espírito Santo, considerando aspectos da dinâmica da rede urbana, tomando-se como base os anos dos censos PNAD (70, 80, 91 e 96)

4.3.1.2 Prazo

3 meses

4.3.1.3 Custo

R\$ 2 mil

4.3.1.4 Equipe básica

2 arquitetos
2 engenheiros

4.3.2 Índice de desenvolvimento urbano (IDU) 1998

4.3.2.1 Objetivo

Calcular o IDU para os municípios do Espírito Santo no ano base de 1998

4.3.2.2 Prazo

2 meses (condicionado às informações da Telemar)

4.3.2.3 Custo

R\$ 2 mil.

4.3.2.4 Equipe

1 técnico

4.3.3 Bacias hidrográficas do Espírito Santo

4.3.3.1 Objetivo

Identificar as principais bacias e sub-bacias hidrográficas do Espírito Santo e suas principais características fisiográficas, bem como as comunidades nelas inseridas. Este estudo torna-se importante instrumento de gestão e de apoio ao desenvolvimento local sustentável.

4.3.3.2 Custo

R\$10 mil

4.3.3.3 Prazo

6 meses

4.3.3.4 Equipe

1 engenheiro;
1 engenheiro cartográfico;
1 estagiário da área de geografia.

4.3.4 Atlas de indicadores do Espírito Santo

4.3.4.1 Objetivo

Fazer uma coletânea de mapas temáticos dos diversos indicadores e estudos já elaborados no IPES para os municípios do Espírito Santo — Mapa da Fome, Déficit Habitacional, Índice de Desenvolvimento Urbano, Percentual de Famílias com Renda até 3 SM, Mortalidade Infantil, Percentual de Abastecimento de Água Potável, Esgoto, Lixo Urbano, Nível de Escolaridade, Bacias Hidrográficas, Divisão Administrativa, Aspectos Ambientais, dentre outros — e publicá-los com formatação de ATLAS.

4.3.4.2 Custo

R\$ 3 mil

4.3.4.3 Equipe

2 técnicos
1 estagiário

4.3.5 Plano de Desenvolvimento Regional do Litoral Sul

4.3.5.1 Objetivo

Planejar de forma integrada as políticas de intervenção e aplicação de recursos financeiros que visem a otimização dos recursos naturais e a ocupação do solo, orientando a atuação do setor público estadual, federal e municipal e articulando ações prioritárias para o desenvolvimento urbano e na geração de emprego e renda.

4.3.5.2 Prazo

A ser definido em convênio com outros órgãos.

4.3.5.3 Custo

A ser definido em convênio com outros órgãos

4.3.5.4 Equipe técnica

A ser definida em convênio com outros órgãos.

4.3.6 Habitação

Habitação no Espírito Santo – levantamento dos investimentos realizados no período 95/99

4.3.6.1 Objetivos

Produzir informações sobre o montante de recursos aplicados pelo Poder Público, na área habitacional, nas três esferas de governo.

Apresentar um quadro comparativo entre o déficit habitacional e o número de unidades produzidas no período em estudo.

4.3.6.2 Equipe básica

1 engenheiro civil

4.3.6.3 Prazo

2 meses

4.3.6.4 Custo

R\$ 500,00.

4.3.7 RMGV: Dinâmica Físico-Territorial Urbana – 1990/2000

4.3.7.1 Objetivo

Analisar, sob determinados aspectos, o crescimento urbano da RMGV durante a década de 90, identificando processos e tendências de transformações físico-territoriais do território metropolitano.

4.3.7.2 Atividades desenvolvidas

Elaboração de base cartográfica digital da RMGV, ano base 1998.

Elaboração de mapas da RMGV referentes a expansão do parcelamento do solo urbano, uso e ocupação do solo, vazios urbanos, verticalização e gabaritos, infra-estrutura e configuração do sistema viário.

Elaboração e edição de documentos analíticos referentes aos processos e tendências da expansão metropolitana.

4.3.7.3 Prazo

3 meses

4.3.7.4 Custo

R\$ 15 mil.

4.3.7.5 Equipe básica

1 engenheiro;
2 arquitetos;
1 desenhista;
2 estagiários.

4.3.8 Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA)

4.3.8.1 Viabilização do IPES como agente gestor do FNMA no Espírito Santo

4.3.8.1.1 Prazo

3 meses

4.3.8.1.2 Equipe

1 técnico

4.3.8.2 Parque Nacional do Caparaó (municípios de abrangência do parque)

Elaborar a curto prazo proposta técnica para captação junto ao FNMA de recursos visando o desenvolvimento de estudos urbanos integrados para os municípios na área de abrangência do parque.

4.3.9 Plano de Circulação Viária para o Bairro de Jardim da Penha

4.3.9.1 Objetivo

Melhoria da segurança, acessibilidade e circulação interna de veículos e pedestres no bairro.

4.3.9.2 Prazo

A ser definido em convênio

4.3.9.3 Custo

A ser definido em convênio

4.3.9.4 Equipe técnica

A ser definida em convênio.

4.3.10 Base de Dados Cartográficos

4.3.10.1 Objetivo

Dotar o Estado e os municípios de bases cartográficas em formato digital, escala básica 1:50.000, contendo os limites municipais, localização de cidades, povoados, rios, estradas e sistema de coordenadas reproduzidas a partir da Carta do Brasil (IBGE), além de informações físico-ambientais e de uso e ocupação do solo urbano.

4.3.10.2 Prazo

1 ano.

4.3.10.3 Custo

R\$ 2 mil

4.3.10.4 Equipe

1 digitalizador

1 engenheiro cartógrafo

4.3.11 Coordenação e Acompanhamento Técnico dos Trabalhos do Plano Diretor de Transportes Urbanos da Grande Vitória

4.3.11.1 Justificativa

Considerando a complexidade técnica dos serviços/projetos do PDTU a serem desenvolvidos e dada a carência de técnicos qualificados para esta função na SETR, foi previsto no Edital de Concorrência Pública dos serviços, um Grupo Técnico de Coordenação e Supervisão (GTCS), a ser coordenado pelo IPES, para ser responsável pela supervisão de todos os trabalhos desenvolvidos pelas firmas contratadas para a elaboração do PDTU.

4.3.11.2 Objetivos

Coordenar os trabalhos do Plano Diretor de Transportes Urbanos da Grande Vitória e fazer seu acompanhamento técnico, procurando dar continuidade ao processo de planejamento integrado dos Sistemas de Transporte e Trânsito na Região Metropolitana.

Prestar serviços de consultoria técnica e apoio logístico necessários para o desenvolvimento das atividades de supervisão e coordenação.

Acompanhar e avaliar o desenvolvimento e o resultado dos projetos do PDTU.

4.3.11.3 Produtos esperados

Relatórios mensais de análise das medições apresentadas pelo Consórcio de firmas contratadas;

Relatórios trimestrais de acompanhamento dos serviços realizados pelo Consórcio;

Relatório final com a síntese de todos os produtos do PDTU.

4.3.11.4 Prazo

Início: 17/06/98

Término: Previsão para maio/2000

4.3.11.5 Equipe

2 engenheiros - Antônio Luiz Caus (Coordenador) e Euvaldes Cola Amigo;

1 técnico - Edibert Rosa Silva;

1 estagiário de engenharia - Max Scárdua.

4.3.12 Monitoração do Transporte e do Tráfego na RMGV, fundamentada no Conceito de Análise de Deseconomias Urbanas

4.3.12.1 Justificativa

Esta iniciativa coaduna com o interesse público de potencializar os investimentos que estão sendo aplicados na produção do PDTU, pois permitirá a utilização por longo período de tempo da base de dados gerada pelo referido Plano Diretor.

Este estudo irá gerar histórico de indicadores, medir impactos de novas medidas e de projetos implementados, eleger um conjunto de atributos e fixar metas a serem alcançadas, possibilitando com isso operacionalizar de maneira mais adequada políticas públicas neste setor e as compartilhar com a população.

4.3.12.2 Objetivos

Dar continuidade aos estudos dos efeitos urbanos do tráfego de ônibus e automóveis na RMGV, iniciados no PDTU, determinando-se periodicamente indicadores de circulação e a monitorização dos seus efeitos na cidade. Com isso, serão quantificadas, por exemplo, as horas perdidas pelas pessoas, enquanto circulam por ônibus e por automóveis, em diferentes regimes de congestionamento, dentre outros indicadores.

4.3.12.3 Metodologia

Serão empregados conceitos metodológicos baseados em recente estudo desenvolvido pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) e pela Associação Nacional de Transporte Público (ANTP), bem como em sua aplicação ao caso da RMGV desenvolvida no âmbito do PDTU-GV.

4.3.12.4 Produtos

Deverão ser produzidos anualmente os seguintes indicadores:
Quantidade de horas perdidas pelas pessoas enquanto circulam por ônibus e por automóveis, em diferentes regimes de congestionamento;
Consumo de combustíveis;
Emissão de poluentes; e
Espaço utilizado na cidade.

4.3.12.5 Prazo

Início: após conclusão dos trabalhos do PDTU, estimada para meados do ano 2000.

Duração: atividade permanente.

4.3.12.6 Custos

Para a realização das pesquisas de campo e tabulação dos dados, inclusive material de consumo, é previsto o valor anual de R\$ 38.800,00.

4.3.12.7 Parcerias

É possível o estabelecimento de parcerias com os seguintes órgãos:
Secretaria de Estado dos Transportes e Obras Públicas (SETR);
Companhia Vale do Rio Doce (CVRD);
Companhia Siderúrgica do Tubarão (CST).

4.3.12.8 Equipe

2 engenheiros: Antônio Luiz Caus (coordenador) e Euvaldes Cola Amigo;
1 arquiteto: Carlos Eugênio Alves;
1 técnico: Edibert Rosa Silva;
3 estagiários de engenharia, sendo um deles Max Scárdua.

4.3.13 Restituição Aerofotogramétrica dos Municípios de Cariacica, Viana e Serra (Carapina)

Projeto em andamento, estando concluídas as etapas de vôo aerofotogramétrico, apoio de campo, restituição, reambulação e edição.

Atualmente estão sendo confeccionados os produtos finais, tanto em poliéster como arquivos magnéticos, contendo os 134 km² de área mapeada nos formatos SEQ, CAD e DWG.

Término previsto: fevereiro de 2000.

Participação em colegiados:

Conselho Municipal do Plano Diretor Urbano dos Municípios de Vitória e Serra;
Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – CONDEMA.

4.4. EQUIPE ALOCADA NA ÁREA

5 engenheiros civis,
1 engenheiro cartógrafo,
5 arquitetos,
1 advogado,
3 digitalizadores,
3 estagiários,

1 auxiliar técnico.
Total: 20.

5. FINANÇAS PÚBLICAS

A proposta de trabalho para a Área de Finanças Públicas privilegiará a montagem de banco de dados por esfera de governo — municipal, estadual e federal —, a produção de documentos analíticos e também subsídio aos demais trabalhos/áreas de especialização do IPES no tocante a cada especialização.

O estabelecimento de um programa de capacitação técnica e reciclagem profissional da equipe é uma das ações prioritárias para o desenvolvimento dos trabalhos a seguir listados:

5.1 PROJETOS DE ÂMBITO MUNICIPAL

5.1.1 Montagem/Modelagem do Banco de Dados de Finanças Públicas Municipais

(Série 1994-1998 e atualização dos dados para o ano de 1999).

5.1.1.1 Objetivo

Fornecer informações sobre as Receitas e Despesas Municipais, referentes ao período de 1994 a 1999, dos 77 municípios do Estado, possibilitando a elaboração de pesquisas e estudos sobre a realidade fiscal-financeira dos municípios.

5.1.1.2 Prazo

Agosto de 1999/fevereiro de 2000.

5.1.2 Análise das Finanças Públicas dos Municípios Capixabas

5.1.2.1 Objetivo

Conhecimento da realidade fiscal-financeira dos municípios, através da estrutura de financiamento dos seus gastos objetivando tanto avaliar suas condições de atendimento adequado às demandas de suas populações como identificar alternativas que possam ser exploradas para otimizar suas receitas ou ainda para aumentar a eficiência e a efetividade de suas despesas.

5.1.2.2 Prazo

Janeiro a maio de 2000.

5.2 PROJETOS DE ÂMBITO ESTADUAL

5.2.1 Montagem do Banco de Dados de Finanças Públicas Estaduais

(Série 1990-1999).

5.2.1.1 Objetivo

Fornecer informações sobre a estrutura de receita fiscal-financeira do Estado e quadro institucional e funcional das despesas públicas.

5.2.1.2 Prazo

Março a julho de 2000.

5.2.2 Elaboração de Documento Analítico sobre as Finanças Estaduais

5.2.2.1 Objetivo

Análise da crise financeira do Estado no período de 1990-1999, com enfoque nas despesas de pessoal.

5.2.2.2 Prazo

Março a setembro de 2000.

5.3 PROJETOS DE ÂMBITO FEDERAL

5.3.1 Levantamento dos Principais Impostos Federais Gerados no ES

(Impostos gerados por município, numa série a ser definida).

5.3.1.1 Objetivo

Subsidiar estudos econômicos.

5.3.1.2 Prazo

A definir.

5.3.1.3 Equipe

2 economistas;
2 administradores;
1 estagiário de Economia.

6. ÁREA DE ESTUDOS SOCIAIS

6.1 DEMOGRAFIA

6.1.1 Objetivos

Dotar o Sistema de Informação de dados os mais atualizados possível.
Manter uma série histórica dos dados mais importantes na área de demografia.
Trabalhar alguns dados, tais como: projeções de população, taxa de crescimento e outros.
Proceder a constante análise crítica desses dados.

6.1.2 Principais Atividades

Correção dos dados de população por distrito nos anos de 1991 e 1996 e dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) nos anos de 1992 a 1997;
Introdução no Banco de Dados de algumas fórmulas, tais como: taxa de atividade, taxa de desocupação ou de desemprego aberto, taxa de ocupação, razão de dependência, taxa de fecundidade, esperança de vida ao nascer, razão de sexos e índice de envelhecimento da população residente;
Avaliação, efetuada pela técnica Maria da Penha Cosseti, de outras informações importantes e necessárias para serem introduzidas no sistema.

6.1.3 Resultado esperado

Informações atualizadas disponíveis no Banco de Dados do IPES, com a finalidade de subsidiar os trabalhos do órgão e também atender aos demais interessados.

6.1.4 Custos

Aquisição de material do IBGE, em especial o Censo Demográfico de 2000, além de outras publicações periódicas de interesse do projeto (volumes, CDs).
Valor aproximado: R\$ 800 mil.

Previsão de contratação de assessoria de um estatístico ou de um demógrafo com o intuito de fazer algumas projeções de população a longo prazo.
Valor aproximado:

6.2 FUNDO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL COM RECURSOS DA DESESTATIZAÇÃO (FRD)

6.2.1 Objetivo

Com recursos provenientes do processo de privatização da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), este programa visa financiar projetos a fundo perdido e de caráter social, mais especificamente nas áreas de saúde, saneamento e assistência social (crianças e jovens em situação de risco social e educação especial), nos municípios situados na área geográfica de influência da CVRD.

6.2.2 Principais atividades

Já foi assinado Convênio entre o Governo do Estado e o BNDES. O Instituto, enquanto órgão executivo, está na fase de receber e analisar os projetos; prestar esclarecimentos e orientar os interessados a pleitearem esses recursos; organizar material referente aos pleitos para subsidiar as reuniões do “Núcleo Técnico de Acompanhamento”, além de estar se preparando em termos de organização de material e concepção de uma rotina de trabalho para a próxima etapa, que será mais voltada para a execução dos projetos.

6.2.3 Resultados esperados

Este projeto terá como resultado a execução dos diversos pleitos enquadrados nas áreas de saúde, saneamento e assistência social, solicitados por órgãos públicos e entidades sem fins lucrativos nos municípios localizados na área de influência da CVRD.

6.2.4 Prazo

2 anos a partir da assinatura do Convênio.

6.2.5 Custos

Inicialmente o projeto deverá cobrir os custos com salário de 4 técnicos de nível superior; viagens para acompanhamento das obras (combustível, diárias); despesas com material de consumo básico, além de xerox, disquete, etc. Entretanto, é necessário esclarecer que está prevista uma taxa de análise e contratação, que corresponde a 1% do valor solicitado ao FRD, em favor do IPES, exatamente para cobrir essas despesas.

6.3 PROJETO DE CONSTRUÇÃO DE INDICADORES DE SEGURANÇA PÚBLICA

6.3.1 Introdução

No presente documento são apresentadas as propostas de trabalho do Instituto de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento Jones dos Santos Neves, tendo em vista a execução do que foi estabelecido pelo Decreto nº. 4.540, de 30 de novembro de 1999, que lhe conferiu a atribuição de construir e monitorar indicadores de segurança pública no Estado do ES.

6.3.2 Justificativa

Embora seja evidente a gravidade que vêm assumindo o fenômeno da violência e da criminalidade nos tempos atuais, as informações estatísticas disponíveis são insuficientes para nortear as decisões de políticas públicas com vistas ao controle deste problema.

Os indicadores sociais, de modo geral, e os de criminalidade, em particular, não podem ser vistos como um instrumento mágico que dará conta de todas as dimensões e complexidade do problema em foco; entretanto vêm sendo utilizados em vários países como uma referência importante para a avaliação da criminalidade e elaboração de políticas mais consistentes, assentadas em bases mais seguras e portanto com resultados mais eficazes.

Através dos indicadores é possível verificar “as tendências do fenômeno, sua magnitude, sazonalidade, localização espacial e algumas sugestões sobre suas causas e conseqüências”.

A formulação de indicadores requer uma base de dados estatísticos, que, no caso do Espírito Santo, são gerados pelos órgãos de segurança pública. Ainda que estas informações possam não refletir o verdadeiro nível de criminalidade, pois referem-se apenas aos crimes comunicados às autoridades policiais, e não ao universo total dos crimes realmente ocorridos, esta é sem dúvida a base principal de informações. Por isto, deverá fazer parte deste projeto um conjunto de propostas de aperfeiçoamento daquele sistema, pré-requisito para a elaboração de indicadores confiáveis. Nesta perspectiva já vem sendo elaborado pelo IPES diagnóstico com o objetivo de identificar os principais problemas.

Outra fonte recorrente poderá ser o banco de dados da Secretaria de Estado da Saúde, que organiza informações sobre mortalidade e suas causas básicas para compor o Sistema Nacional de Informação sobre Mortalidade, vinculado ao SUS-Ministério da Saúde.

6.3.3 Objetivos

Objetivos Gerais

Fornecer à sociedade informações, através da construção de indicadores e índices de criminalidade/violência, que reflitam a realidade da segurança pública no Estado do ES.

Oferecer elementos estatísticos para nortear a tomada de decisões e formulação de políticas públicas para a área de segurança.

Possibilitar o acompanhamento da evolução do problema da criminalidade, bem como avaliar a eficiência das políticas adotadas para combatê-lo.

Objetivos Específicos

Homogeneizar o processo de apuração dos dados estatísticos dos órgãos ligados à Segurança Pública.

Dotar os órgãos de Segurança Pública de pessoal e equipamentos necessários para o processamento ágil das informações.

Dotar a cúpula da Secretaria de Segurança de dados estatísticos fidedignos para um bom planejamento das operações policiais direcionadas para as áreas de maior incidência de crimes.

6.3.4 Metodologia

O trabalho será desenvolvido através das seguintes etapas e subprojetos:

Diagnóstico da situação atual quanto aos procedimentos adotados para registro de dados e produção de informações pelos órgãos de segurança pública;

Elaboração de proposições para aperfeiçoamento, se necessário, dos procedimentos adotados atualmente;

Construção de indicadores gerenciais de eficiência da atividade policial;

Construção de indicadores e elaboração de análises sobre as características das ocorrências.

As etapas/projetos acima serão desenvolvidas concomitantemente e de forma integrada com os órgãos de segurança pública, particularmente com os setores geradores de dados da Polícia Civil, (Departamento Médico Legal - DML, Departamento de Polícia Judiciária - DPJ, Serviço de Rádio-Comunicação - SERCOM e Assessoria de Informações) e da Polícia Militar (Comando de Polícia Ostensiva - CPO e Comando de Operações - COPOM).

Além da participação dos órgãos de segurança pública, é imprescindível a da Secretaria de Estado da Saúde, pelo fato de estar integrada ao Sistema Nacional de Informações do SUS e por constituir-se em fonte primária sobre ocorrências, através dos serviços de atendimento nas unidades de saúde.

Para operacionalizar esta estratégia de execução participativa e interativa com todos os órgãos afins, foi constituído um grupo de trabalho com representantes

destes segmentos, conferindo-se à Secretaria de Estado da Segurança Pública a atribuição de supervisão. As informações serão buscadas nos órgãos diretamente envolvidos na execução do projeto, além de outros setores governamentais e da sociedade civil, tais como o Ministério Público, Secretaria de Estado da Justiça e Organizações Não Governamentais (ONGs).

Para o desenvolvimento das duas primeiras etapas acima mencionadas (que se referem a criação do Sistema Integrado de Estatística Policial), serão adotados os seguintes passos metodológicos:

a) Diagnóstico

Serão realizadas visitas técnicas aos órgãos para levantar a situação existente e procurar obter o apoio dos servidores para a implantação de novos métodos de apuração e classificação das informações. As visitas serão realizadas em conjunto por técnicos do IPES e da SESP, que analisarão a metodologia estatística adotada e o processo de coleta e tabulação dos dados.

b) Proposições

Após levantamento da situação atual, análise do material e metodologia adotada, a equipe apresentará, se necessário, proposições visando a melhoria do fluxo das informações.

Serão analisados, para efeito de apresentação de proposições, os seguintes itens:

Normatização do processo de trabalho e sua adequação, visando ganho de agilidade e fidedignidade dos dados coletados;
formulários e relatórios produzidos;
Equipamentos disponíveis;
Quantificação e qualificação do pessoal envolvido.

c) Discussão das proposições

As proposições serão apresentadas aos agentes envolvidos e discutidas para efeito de adequação e definição de alternativas de implementação. A apresentação das proposições será realizada através de seminários e reuniões setoriais.

d) Descrição e orçamento dos equipamentos necessários à implantação e manutenção do Sistema Integrado de Estatística

Este item será detalhado oportunamente, com a participação da PRODEST, tendo em vista a especificidade do mesmo.

e) Implantação de Projeto Piloto

A proposta é escolher um departamento da Polícia Civil, para testar o método a ser adotado, com vistas à implantação de instrumento padronizado de registro de ocorrências e de procedimentos comuns para geração das informações.

f) Avaliação do Projeto Piloto, com inclusão das modificações que se fizerem necessárias

g) Implantação definitiva do projeto

h) Monitoramento.

Para a elaboração de indicadores e índices de violência/criminalidade serão dados os seguintes passos:

1.º) Realização de estudo exploratório.

Tendo como referência a base de informações disponíveis tanto nos órgãos de Segurança, quanto na Secretaria de Saúde, sobre o período mais recente (1998 e 1999), será desenvolvido estudo, visando uma primeira aproximação sobre a situação atual do fenômeno no Estado.

2º) Definição, através da assessoria de especialista na área de estatística, do método apropriado para o cálculo do Índice de Criminalidade, incluindo a seleção de variáveis e indicadores de segurança adequados ao objetivo do projeto.

3º) Organização das informações e construção dos indicadores e índices.

4º) Publicação dos primeiros índices.

b) Elaboração de indicadores e índices

FASES	SEMANAS								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
Estudo exploratório	■	■	■	■	■				
Contratação de consultoria de estatística	■								
Definição de conceitos e metodologia	■	■	■	■	■				
Construção dos indicadores e índices					■	■	■	■	■
Publicação dos primeiros índices									■

6.3.6 Orçamento

DISCRIMINAÇÃO	PERIODICIDADE	CUSTO UNITÁRIO
Consultoria externa	Fixo	4.000,00
Treinamento	Fixo	2.000,00
Material de consumo e serviços	Mensal	500,00
Material Permanente		
Viagens e Diárias	Mensal	1.000,00
Total geral		

OBS.: O dimensionamento e especificação dos equipamentos necessários para a operacionalização do Sistema de Informações será elaborado pela PRO-DEST, com a participação do IPES, conforme estabelecido no artigo 3º do Decreto nº 4.540-N, de 30 de novembro de 1999.

6.3.7 Equipe técnica

5 técnicos de nível superior do IPES;
 1 estatístico senior;
 1 digitadora;
 1 programador;
 1 técnico em banco de dados.

6.4 CONSTRUÇÃO DO ÍNDICE SINTÉTICO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL (IDS)

6.4.1 Introdução

A construção de índices sintéticos que avaliassem as condições de vida das populações teve início na década de 90, com a criação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Desde sua criação, o IDH tem sido frequentemente utilizado em comparações das condições de vida de um país, levando-o a interessar-se pelo acompanhamento dessas condições em âmbito nacional, ou seja, entre os vários estados de determinada federação.

No caso do Brasil, apesar de sua importância, as diferenças interestaduais captam pouco das grandes disparidades espaciais existentes no País. Daí a necessidade de avaliar e comparar o nível de condições de vida no âmbito dos municípios.

Assim, a criação de indicadores sociais em âmbito local permitirá uma visão mais clara da realidade social capixaba, revelando um panorama das disparidades intermunicipais no Estado.

6.4.2 Objetivos

Construir Índice Sintético de Desenvolvimento Social para todos os municípios do Estado, incorporando um conjunto de indicadores de desempenho sócio-econômico, de modo a captar, da forma mais abrangente possível, o processo de desenvolvimento social.

Estabelecer “ranking” dos municípios, em relação ao Índice de Desenvolvimento Social, permitindo comparação das condições de vida entre os municípios.

Elaborar índices de carências sociais para cada município do Estado, relativos às variáveis utilizadas.

Manter intercâmbio com órgãos públicos de outros estados que elaboram cálculo de índices similares, para troca de experiências.

6.4.3 Etapas

Pesquisa de experiências em construção de índices similares, em outros estados;

Definição dos indicadores a serem utilizados no cálculo do IDS e do período a ser analisado;

Elaboração dos indicadores para cada município;

Cálculo dos índices de carências sociais relativos a cada uma das variáveis utilizadas para cada município;

Construção do Índice Sintético de Desenvolvimento Social para cada município;

Elaboração/edição do documento final, apresentando as tabelas e gráficos demonstrativos dos índices.

6.4.4 Prazo

O prazo previsto para realização do projeto é de 4 (quatro) meses, podendo ser alterado de acordo com o número de variáveis e indicadores que for definido.

6.4.5 Cronograma de atividades para 2000

ATIVIDADES	PRODUTOS/RESULTADOS	PR
<p>Construção de Indicadores de Desenvolvimento Social para todos os municípios do ES</p> <p>Definição dos indicadores a serem utilizados no cálculo do Índice de Desenvolvimento Social (IDS)</p> <p>Cálculo dos índices de carências sociais</p> <p>Cálculo do Índice de Desenvolvimento Social e publicação dos primeiros resultados</p>	Documento final com tabelas e gráficos demonstrativos dos índices.	ma
<p>Segurança Pública</p> <p>Elaboração do modelo de Boletim de Ocorrência padronizado a ser utilizado pela Polícia Militar e Polícia Civil no registro de informações</p> <p>Implantação do sistema de registro único do fato típico (Boletim de Ocorrência padronizado e novo método de apuração e classificação das informações)</p> <p>Estudo exploratório da base estatística da SESA e da Polícia Militar sobre mortes violentas no ES</p> <p>Definição de conceitos e metodologia para construção de indicadores</p> <p>Cálculo do índice sintético de criminalidade/violência e publicação dos primeiros resultados</p>	<p>Boletim</p> <p>Melhoria do fluxo de informações e do controle do registro único e estatísticas mais confiáveis</p> <p>Relatório</p> <p>Indicadores e índices sintéticos</p>	<p>fev</p> <p>ma</p> <p>fev</p> <p>fev</p> <p>ma</p>
<p>Mercado de Trabalho</p> <p>Elaboração de tabelas e séries estatísticas com base na PNAD para todos os municípios do ES</p> <p>Leituras e estudos sobre o mercado de trabalho</p>	<p>Planilhas, tabelas, gráficos</p> <p>Aporte teórico</p>	<p>jan</p> <p>zen</p> <p>jan</p> <p>zen</p>

Pesquisa sobre o perfil do desempregado urbano no ES, em parceria com a UFES e o SINE	Relatórios contendo resultados e análises	ju- nh
Catálogo de Fontes de Financiamento		
Atualização do catálogo nas áreas de emprego e renda, cultura, saneamento, assistência social e habitação	Catálogo atualizado	ma
Conhecimento dos fundos e programas existentes	Equipe preparada	ma
Fundo para o Desenvolvimento Regional com recursos da Desestatização – FRD	Análises técnicas e acompanhamento dos projetos de saúde, educação, saneamento e assistência social	2 a da do
Atualização de dados de demografia, educação, saúde, segurança pública e mercado de trabalho para o Banco de Dados do IPES	Tabelas	jan ro/c
Acompanhamento da Agenda Social do Governo estadual	Informações da área social	jan ro/c

6.4.6 Equipe

- . 2 técnicos da Área de Estudos Sociais
- . 1 digitador
- . 1 técnico em arte gráfica (para elaboração dos mapas).

7. PRODUTOS E RELAÇÕES COM O MERCADO

A gerência de Produtos e Relações com o Mercado tem como função atuar junto às outras gerências visando a integração, assessoramento a contatos com fontes de informação, divulgação da atuação do órgão, bem como a padronização e comercialização dos produtos gerados pelo órgão.

Para cumprir tal papel é primordial sua estruturação, com a definição de atribuições dos membros da equipe, elaboração de normas de funcionamento e padronização de rotinas de trabalho, envolvendo toda a sua área de competência.

7.1 PRODUTOS GERADOS PELA GERÊNCIA DE PRODUTOS E RELAÇÕES COM O MERCADO

7.1.1 Informações Municipais do Estado do Espírito Santo- IMEES

7.1.1.1 Edição de documento impresso

Formato: papel 21x 15; capa: couchê 120, 2 cores; miolo: Ap/1 cor; tiragem: 25 mil (300 exemplares por município)

7.1.1.2 CDROM

50 unidades

7.1.1.3 Prazo previsto

Fevereiro/2000

7.1.1.4 Custo estimado:

R\$ 50 mil

7.1.1 Anuário Estatístico do Estado do Espírito Santo

7.1.1.1 Edição de documento impresso

Formato: papel 30 x 21; capa: couchê 180, 2 cores; miolo: Ap, 1 cor; tiragem: 500

7.1.1.2 Custo estimado

R\$ 8 mil

7.1.1.3 Prazo previsto

Agosto/2000

7.2 PRODUTOS GERADOS PELAS OUTRAS GERÊNCIAS

Trabalhos das demais áreas do IPES passarão pela gerência de Produtos e Relações com o Mercado para finalização, de acordo com o especificado nos planos de trabalho dessas áreas, com definição de prazos para haver calendário de publicação do órgão durante todo o ano.

7.3 INTERNET E INTRANET

Reformulação da nova página e busca de apoio cultural para cobrir os custos de manutenção

7.4 COMUNICAÇÃO E MARKETING

Planejamento — área de Comunicação e Marketing-2000

7.4.1 Informativo Interno- Ipes

Impresso no formato A 4, frente e verso
Periodicidade: mensal

7.4.2 Revista Científica- Ipes

Periodicidade: semestral
Tiragem: 500
Formato: 18 x 24
Número de páginas:100
Miolo: Ap/ 1 cor
Capa: couchê 240/4 cores
Custo estimado: R\$ 8 mil

7.4.3 Organização de evento

Realização de seminário, reunindo pesquisadores para um balanço do estágio atual do conhecimento sobre o Espírito Santo neste final de século.

7.5 BIBLIOTECA E MAPOTECA

A biblioteca e a mapoteca estão vinculadas à gerência de Produtos e Relações com o Mercado e deverão estar integradas à gerência em sua linha de atuação e plano de trabalho, baixando normas e procedimentos para sua rotina de trabalho, visando em primeiro plano o atendimento do usuário interno, quer seja na compra do material bibliográfico, quer seja na qualidade do atendimento a ele prestado.

Para isso deverá apresentar de seis em seis meses uma avaliação qualitativa e quantitativa de seu acervo, apontando o grau de utilização e satisfação no atendimento ao usuário.

8. TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

8.1 OBJETIVOS DA ÁREA

Coordenar a área de informática do IPES, disponibilizando os recursos de hardware e software necessários ao desenvolvimento de todos os trabalhos desenvolvidos, coordenar as atividades da Internet e Intranet, coordenar o gerenciamento da rede de computadores, coordenar e acompanhar os trabalhos para o desenvolvimento do Banco de Dados, coordenar e propor treinamentos necessários.

8.2 ATIVIDADES

8.2.1 Proposta para Informatização do Ipes

8.2.1.1 Objetivo

Considerando a estrutura atual do IPES, temos como meta para este exercício a complementação do processo de informatização.

8.2.1.2 Ações

Equipamentos - Custo previsto

Discriminação	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1 – Microcomputador Cliente de Rede	18	2.350,00	42.300,00
2 – Microcomputador Cliente de Cad	1	2.850,00	2.850,00
3 – Impressora Laser	1	5.000,00	5000,00
4 – Impressora Phaser	1	9.500,00	9.500,00
5 – Notebook	1	5.800,00	5.800,00
6 – Hub – 24 portas	2	2.500,00	5.000,00
7 – Estabilizador 1000 Va	18	40,00	720,00
8 – Monitor 21	1	2.500,00	2.500,00
9 – Placa de Rede 10/100	20	50,00	1.000,00
10 – CDR	1	1.200,00	1.200,00
11 – Pente de Memória Ram 64	6	250,00	1.500,00
12 – Data show	1	8.000,00	8.000,00
13 – Ferramentas manutenção da rede	1	500,00	500,00
14 – Atualização Servidor HD Disc 8 GB	4	1.200,00	4.800,00
TOTAL			90.670,00

Atualização de Software
Custo Previsto

Software	Full	Qtde	UpGrade	Qtde	Vlr cença	Li- cenças	Qtde	Li- cenças	Total Full	Total Up- grade	Total Licen- ças	Total Geral
Ms-Back Office 4.5	5.159,14	1,00	2.606,00	1,00	315,74	20,00	5.159,14	2.606,00	6.314,80			
M-sVisual Studio 6.0	2.710,71	1,00	0,00		2.258,42	2,00	2.710,71	0,00	4.516,84			
Windows 98 Second Edtion	384,23	1,00	181,55	1,00	276,67	30,00	384,23	181,55	8.300,10			
Ms-Office 2000 Premium	1.002,07	1,00	597,61		911,72			0,00	0,00			
Ms-Office 2000 Professional	930,28	1,00		30,00	836,36	30,00	930,28	930,28	25.090,80			
Ms-Office 2000 Standard	786,51		431,61		690,27		0,00	0,00	0,00			
Adobe Photo Shop 5.5 Portugues	1.225,78	1,00			1.013,50		1.225,78	0,00	0,00			
Corel Draw 9 Português	1.043,08	1,00	594,83		687,24		1.043,08	0,00	0,00			
Page Maker 6.5 Plus	1.017,59	1,00			830,71		1.017,59	0,00	0,00			
Flash 4.0 Português	573,59	1,00	325,03				573,59	0,00	0,00			
Crystal Report 7	1.090,20	3,00					3.270,60	0,00	0,00			
MSDN (Conjunto de Ferramentas Para Desenvolvimento) (11) 822-5764												
Windows 2000 Server	1.616,16				60,00							
Windows 2000 Professional (Subst. O WorkStation)	470,12				0,00							
Total Geral							16.315,00	3.717,83	44.222,54	64.255,37		

Treinamentos

Será realizado um levantamento das necessidades para capacitação de treinamento de todo o pessoal do IPES.

Para o início deste exercício foi previsto um treinamento interno para usuários do Banco de Dados na área de Finanças Públicas. Por falta de condições internas, após a aquisição de novos equipamentos, as demais gerências receberão treinamento no decorrer do primeiro semestre.

O Suporte Técnico disponibilizará aos usuários de informática os recursos necessários nas área de hardware, software e gerenciamento da rede.

Farão parte do treinamento as seguintes tarefas:

Procurar solução para os problemas de hardware e software, manter atualizada a relação de todos os equipamentos de informática, monitorar todos os arquivos de trabalhos armazenados nos servidores realizando backup dos arquivos, monitorar o funcionamento da rede de computadores, proceder a instalação e desinstalação de softwares, atualizar antivírus dos equipamentos instalados, estabelecer o controle ao acesso dos usuários da rede através de senha.

8.2.2 Internet

Propõe-se a reformulação da Home Page com a nova marca IPES, desenvolvimento para disponibilização de dados em forma de relatórios previamente construídos, disponibilização de produtos para comercialização propostos pela gerência GPRM.

A partir do mês de março, está prevista a mudança para o provedor do Estado PRODES-NET, em decorrência da desativação do provedor SEPLAN, tendo como uma de suas metas oferecer um serviço de melhor qualidade aos usuários do sistema.

8.2.3 Intranet

A Intranet encontra-se em fase de estudos, estando prevista sua disponibilização para usuários internos no primeiro semestre.

8.2.4 Banco de Dados

(Projeto de Implantação apresentado no item 2)